

Divergências dominam debates sobre o roteiro da negociação

14 OUT 1994

Luís da Silva

Qual é o melhor para o balanço de pagamentos do País em 1985? Solicitar novos empréstimos à comunidade financeira internacional, contentar-se com os recursos existentes em suas reservas — correndo o risco de erodi-las — ou esperar mais um pouco antes de definir o plano de renegociação da dívida externa, cujas conversações começarão no próximo dia 5? O governo (Ministério da Fazenda e Seplan) garante já estar decidido que o Brasil não pedirá dinheiro novo em 1985, mas a oposição entende que, sem esses recursos, o crescimento da economia ficará comprometido.

E no meio das discussões está o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, dizendo que ainda não é hora de se tomar uma decisão. Para ele, só o estudo definitivo dos principais indicadores do balanço de pagamentos mostrará a conveniência ou não de se pedir **fresh money** aos banqueiros.

Técnicos da área econômica têm uma explicação para a intenção do governo de não solicitar novos empréstimos: a resistência dos banqueiros, tanto grandes quanto pequenos, diante da proximidade de mudança do governo. Ou seja, querer o Brasil queria, mas, diante do recuo dos banqueiros, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, mudou a conversa depois de afirmar que o governo tinha a intenção de pedir "algo em torno de US\$ 3 bilhões".

Essa afirmação foi feita no dia anterior à última visita que o ministro fez aos Estados Unidos. Segundo os informantes, porém, ele enfrentou uma severa resistência dos principais credores, os quais alegaram a enorme dificuldade que teriam para montar um novo **jumbo** — ainda que menor do que o último —, sem contar o temor dos pequenos e médios bancos em elevar a sua **exposure** em relação ao Brasil justamente a poucos meses de uma mudança de governo.

De acordo com esses técnicos — para quem a real intenção do governo era pedir entre US\$ 3 bilhões e US\$ 3,5 bilhões —, os credores acena-

ram com a possibilidade de uma rápida negociação envolvendo apenas os projetos 2 e 3 (créditos comerciais e interbancários) e com uma pressão sobre o Clube de Paris, para que torne mais flexíveis as negociações das dívidas com vencimento previsto para o próximo ano. Os créditos comerciais seriam aumentados em US\$ 3 bilhões ou US\$ 4 bilhões (de US\$ 10 bilhões para US\$ 14 bilhões) em 1985, como compensação pela recusa em não conceder novos empréstimos.

EROSÃO DAS RESERVAS

Para os economistas ligados à oposição, a tese é de que o crescimento econômico ficará comprometido no próximo ano se o País não dispuser de novos recursos externos, o que provocaria uma erosão das reservas, as quais, em termos líquidos, somariam cerca de US\$ 3 bilhões. Eles calculam que as necessidades do País serão de US\$ 6,5 bilhões em 1985.

Para isso, têm uma argumentação matemática: com um saldo comercial de US\$ 10,5 bilhões, menos US\$ 4 bilhões correspondentes ao déficit de serviços, restarão ao Brasil US\$ 6,5 bilhões, que, somados a US\$ 1 bilhão de ingresso previsto em investimentos de risco, totalizarão US\$ 7,5 bilhões. Levando-se em conta que as obrigações financeiras (juros e amortizações) somam US\$ 14 bilhões, ficam faltando US\$ 6,5 bilhões, importância que, de acordo com os economistas da oposição, não pode ser compensada exclusivamente com os **suppliers credits** ou os empréstimos do FMI, Banco Mundial e BID, como entendem as autoridades do governo, que calculam em US\$ 5,7 bilhões as necessidades do País para financiar o balanço de pagamentos em 1985.

A tese do governo é apoiada pelo ex-ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, o qual afirma que nem mesmo os US\$ 6,5 bilhões do **jumbo** negociado em 1983 foram utilizados, sendo previsível um **carry-over** de pelo menos US\$ 3 bilhões para 1985, recursos que foram revertidos para as reservas internacionais.



Arquivo

Pastore: é melhor esperar



Arquivo

Simonsen: o dinheiro dá